

Sumário

1. Tempo e Direito.....	1
2. Coisa Julgada Inconstitucional	5
2.1 Coisa julgada.....	5
2.1.1 A coisa julgada como instrumento de realização da segurança jurídica.....	10
2.2 A relativização da coisa julgada	12
2.2.1 Relativização técnico-jurídica	14
2.2.1.1 Constitucionalidade e coisa julgada como antecedente e conseqüente	14
2.2.1.2 A inexistência jurídica	16
2.2.1.3 O paradigma da segurança-continuidade	18
2.2.2 Relativização axiológica	21
2.2.2.1 A eticidade do Direito e a moralidade.....	21
2.2.2.2 A injustiça da sentença e a ponderação de valores.....	23
2.3 Críticas às teorias da relativização.....	29
2.3.1 Apontamentos terminológicos e coisa julgada como <i>point of no return</i>	29
2.3.2 A “postura de direito material”	31
2.3.3 A justiça como conceito performativo e argumento totalitário ...	34
2.3.4 A função sociológica da coisa julgada	38
2.3.5 Eficácia preclusiva da coisa julgada e a sua imponderabilidade	40

2.3.6 Algumas concessões dos críticos	41
2.4 Repercussões legislativas e jurisprudenciais	43
2.4.1 Da Medida Provisória nº 1997/37 de 2000 ao CPC/15	43
2.4.2 Da jurisprudência	51
2.5 Considerações sobre a relativização da coisa julgada	55
2.5.1 A coisa julgada: atributo essencial e exclusivo da jurisdição e indispensável à existência de um discurso jurídico?	57
2.5.2 A eficácia preclusiva da coisa julgada e perspectivas para o paradigma da segurança-continuidade	65
2.5.3 A inexistência jurídica	70
2.5.4 A injustiça da sentença	77
2.5.5 A inconstitucionalidade da sentença	95
2.5.6 A impossibilidade de uma relativização atípica da coisa julgada....	110
2.6 A redução do problema: efeitos do juízo constitucional vinculante sobre a coisa julgada	115
3. Os Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade de norma sobre a Coisa Julgada no Direito Estrangeiro: Alemanha, Itália e Portugal	123
3.1 Alemanha	123
3.2 Itália	132
3.3 Portugal	133
3.4 Considerações	136
4. A Ação Rescisória dos Arts. 525, §15, e 535, §8º do CPC/2015	141
4.1 Ação rescisória.....	141
4.2 Juízo rescindente	145

4.2.1 Decisão que se baseia em norma posteriormente declarada inconstitucional	150
4.2.1.1 Decisão que deixa de aplicar norma posteriormente declarada constitucional.....	154
4.2.1.2 Controle difuso ou concentrado.....	159
4.2.2 Decisão exequenda.....	161
4.2.2.1 Eficácia condenatória.....	162
4.2.2.2 Instrumento do executado.....	165
4.2.3 Reconvenção	166
4.2.4 Modulação dos efeitos da rescisão	167
4.3 Juízo rescisório	173
4.4 Prazo decadencial	177
4.5 Direito intertemporal	183
4.6 A relação da ação rescisória em estudo com a impugnação ao cumprimento de sentença e com a ação rescisória por violação de norma jurídica	185
4.6.1 A inaplicabilidade da Súmula nº 343, do STF	192
4.7 A constitucionalidade do dispositivo	195
4.7.1 As críticas	195
4.7.1.1 O sistema difuso de controle de constitucionalidade, o jus proprium do poder Judiciário e o discurso das fontes.....	195
4.7.1.2 Retroatividade do jus superveniens e coisa julgada sub conditione	198
4.7.1.3 Prêmio ao executado recalcitrante	199
4.7.2 Considerações	200

4.7.2.1 A finalidade do processo: tutela do direito material.....	200
4.7.2.2 A finalidade da coisa julgada: segurança jurídica.....	204
4.7.3 Uma tênue constitucionalidade: proposta de interpretação conforme à Constituição	213
5. Considerações Finais	223
Referências Bibliográficas	227